

Quando ensinar adoece: faces e narrativas da precarização do trabalho docente na área da saúde

When Teaching Makes You Sick: Facets and Narratives of the Precarization of Teaching Work in the Health Sector

Helder Matheus Alves Fernandes

Universidade Estadual do Ceará (UECE)
Fortaleza/CE-Brasil

Gabrielle Cavalcante Barbosa Lopes

Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)
Mossoró/RN-Brasil

Elane da Silva Barbosa

Universidade Estadual do Ceará (UECE)
Fortaleza/CE-Brasil

José Jackson Coelho Sampaio

Universidade Estadual do Ceará (UECE)
Fortaleza/CE-Brasil

Resumo

Este relato de experiência, de abordagem qualitativa, tem como objetivo descrever as vivências de docentes da área da saúde em instituições de ensino superior privadas, evidenciando os impactos da precarização do trabalho sobre a saúde mental. A partir da sistematização dessas experiências, analisam-se os efeitos da sobrecarga, da desvalorização e da lógica mercantil que permeia o ensino, revelando sentimentos recorrentes de exaustão, de ansiedade e de frustração. As discussões demonstram que tais condições comprometem não apenas o bem-estar dos docentes, mas também a qualidade do processo formativo, impactando diretamente os discentes. Conclui-se que há a necessidade urgente de políticas institucionais que reconheçam o professor como sujeito central da formação, promovendo cuidado, valorização e condições dignas de trabalho.

Palavras-chave: Educação; Currículo; Processo de Trabalho em Saúde.

Abstract

This qualitative experience report aims to describe health professors' experiences in private higher education institutions, highlighting the impacts of precarious work on mental health. Based on the systematization of these experiences, there are analyses of the effects of overload in teaching, as well as its devaluation and commercial logic that resulted in recurring feelings of exhaustion, anxiety and frustration. The discussions show that such situations compromise both the professors' well-being and the quality of the learning process, directly affecting students. It is concluded that there is an urgent need for institutional policies that recognize professors as central agents of training, promoting care, appreciation and decent working conditions.

Keywords: Education; Curriculum; Health Work Process.

Introdução

Este relato de experiência surgiu a partir das vivências pessoais dos autores enquanto docentes da área da saúde, em instituições de ensino superior privadas. Embora atuem em disciplinas e períodos distintos, eles compartilham narrativas atravessadas por condições semelhantes de precarização: jornadas extensas, vínculos contratuais instáveis, exigências crescentes e um constante sentimento de desvalorização.

No cotidiano acadêmico, os autores identificaram, por meio de partilhas e vivências comuns, que as condições de trabalho impactavam tanto a prática docente quanto a saúde mental. Diante do adoecimento/sofrimento mental vivenciado, decidiram escrever sobre o tema para dar visibilidade às implicações subjetivas da precarização, especialmente no ensino superior privado na área da saúde.

As dimensões do trabalho docente na Educação Superior (ES) revelam-se como um fenômeno multidimensional, atravessado por complexidades e subjetividades que se entrelaçam a determinantes sociais, políticos e econômicos, especialmente no campo da saúde, em que profundas transformações têm reconfigurado o processo de ensino-aprendizagem nas Instituições de Ensino Superior (IES) (Gemelli; Closs, 2022; Hoffmann *et al.*, 2019).

Logo, as práticas pedagógicas exigidas aos docentes da área da saúde vão além da mera transmissão de conteúdos teóricos, demandando abordagens práticas que promovam uma formação significativa e contextualizada para os discentes. Essa atuação docente também incorpora as especificidades institucionais, como o envolvimento com atividades de pesquisa, extensão e orientação acadêmica, exigindo uma postura continuamente adaptável às demandas do ensino superior (Lourenço; Valente; Cortez, 2025; Ribeiro; Cunha, 2010).

O entrelaçamento de especificidades que compõem o ser professor, ao mesmo tempo em que fundamenta uma formação técnica, científica e ético-humanista alinhada à realidade social contemporânea para os alunos, também expõe o docente a condições de trabalho frequentemente precarizadas, principalmente, nas IES privadas. Tais condições envolvem baixa remuneração, sobrecarga laboral não compatível com a carga horária contratada, acúmulo de tarefas burocrático-administrativas e a constante exigência de aprimoramento didático, com vistas a impactar, positivamente, o processo de aprendizagem dos alunos (Barnett; Nguyen, 2023; Passos; Aquino, 2023).

Os desafios cotidianos, somados à responsabilidade inerente ao ser professor e à ambiência que este promove, impactam diretamente a sua saúde mental. Esse cenário desperta sentimentos de exaustão, estresse/distresse, ansiedade, depressão, síndrome de *burnout*, frustração e desvalorização, agravados pela ausência de reconhecimento e pelo acúmulo de demandas que extrapolam o espaço pedagógico, comprometendo a integridade em sala de aula e a prática docente (Pakdee et al., 2025; Meyer et al., 2021).

Dessa forma, este relato justifica-se pela necessidade de investigar um tema ainda pouco explorado na literatura: os impactos da precarização das condições de trabalho docente em instituições de ensino superior privadas, especialmente na área da saúde, sobre a saúde mental dos professores e a qualidade do processo formativo. Estudos anteriores têm abordado, de forma geral, a sobrecarga e o adoecimento docente, mas há escassez de pesquisas que reúnem narrativas dos próprios docentes que vivenciam essas condições. Ao registrar e analisar essas experiências, esta pesquisa contribui para preencher essa lacuna, ampliando o debate sobre o ensino superior e promovendo reflexões críticas no campo acadêmico (Pakdee et al., 2025).

A relevância deste estudo está em promover a visibilidade das vivências de docentes da área da saúde frente às condições precarizadas de trabalho. Ao oferecer voz aos próprios professores e evidenciar os impactos subjetivos desse cenário, especialmente sobre a saúde mental, o estudo contribui para o debate acadêmico e para a compreensão dos efeitos dessa realidade no processo formativo. Somando-se a isso, fortalece a produção científica voltada à valorização docente, fomentando subsídios para problematizar a criação de políticas públicas mais sensíveis às condições de trabalho e ao cuidado com a saúde dos profissionais da educação.

Sendo assim, tem-se como objetivo: descrever a experiência de docentes da área da saúde sobre impactos da precarização do trabalho na saúde mental, em instituição de ensino superior privada.

Dimensão Teórico-Metodológica

Trata-se de um relato de experiência sistematizado, o qual foi desenvolvido a partir do método qualitativo, conforme a proposta de Holliday (2006). O autor delineia cinco etapas: ponto de partida, pergunta inicial, processo vivido, reflexão de fundo e ponto de chegada.

Quando ensinar adoece: faces e narrativas da precarização do trabalho docente na área da saúde

Essas etapas foram importantes, a fim de conferir melhor descrição e maior profundidade às experiências referentes ao fenômeno narrado.

Este relato foi construído com base nas experiências vivenciadas em instituições de IES privadas localizadas no município de Mossoró, interior do estado do Rio Grande do Norte (RN), no período de janeiro de 2024 a junho de 2025. Essas instituições ofertam cursos de bacharelado na área das Ciências da Saúde, com destaque para os cursos de Nutrição e Enfermagem, nos quais os docentes atuavam.

Participaram três docentes, selecionados com base no vínculo pré-existente entre eles, o que possibilitou maior profundidade na coleta de informações. As vivências foram registradas por meio de diálogos durante as atividades e anotadas no diário de campo, permitindo acompanhar de forma detalhada experiências, reflexões e percepções ao longo do processo.

Para a sistematização do relato, as experiências foram analisadas a partir de uma abordagem fenomenológico-descritiva, articulada à dialética freiriana e à compreensão do contexto de trabalho, permitindo interpretar como a precarização do ensino superior privado afeta a saúde mental e a prática pedagógica dos docentes. Essa análise transformou relatos individuais em narrativa compartilhada, evidenciando os sentidos produzidos pelas vivências e fortalecendo a interpretação crítica das condições de trabalho

As atividades docentes abrangeram tanto disciplinas do ciclo básico da formação em saúde quanto componentes específicos de cada profissão, contemplando turmas dos períodos iniciais e, também, mais avançados da graduação.

A partir dessas inquietações, formulou-se a pergunta inicial que norteia o estudo: como a precarização do trabalho docente na área da saúde impacta a saúde mental de professores em instituição de ensino superior privada? Esta indagação permitiu direcionar a seleção e a análise das vivências mais significativas para a composição do relato.

O processo vivido teve início a partir de discussões, desabafos e reflexões entre os próprios professores em meio à imersão cotidiana no ambiente institucional. Esse cenário é marcado por múltiplas exigências, como produção científica, projetos de extensão, orientação de alunos, atividades administrativas e constante pressão por resultados, frequentemente dissociadas da carga horária contratual, da remuneração e da valorização profissional. As experiências compartilhadas entre os autores evidenciam não apenas a

sobrecarga física e emocional, mas também a fragmentação da identidade docente diante da ausência de reconhecimento institucional.

Na reflexão de mundo, essas experiências foram analisadas criticamente à luz de referenciais teóricos sobre precarização do trabalho, saúde mental e docência no ensino superior. Essa etapa possibilitou ampliar a compreensão dos efeitos subjetivos e estruturais da realidade vivida, evidenciando como o modelo de ensino privado e mercantilizado compromete tanto o bem-estar dos professores como a qualidade do processo formativo.

Por fim, o ponto de chegada deste percurso reside em sistematizar os sentidos produzidos a partir da experiência. Ao transformar vivências individuais em narrativa compartilhada, o relato contribui para dar visibilidade à precarização docente no ensino superior privado, fortalecendo o debate acadêmico e subsidiando reflexões críticas sobre a valorização do trabalho docente e a urgência de políticas institucionais mais justas e cuidadoras.

Os docentes participantes, que correspondem aos próprios autores do estudo, foram previamente informados sobre os objetivos do estudo teórico e concordaram voluntariamente em compartilhar suas experiências. As vivências foram anonimizadas, assegurando a confidencialidade e prevenindo a identificação de situações sensíveis. Além disso, foram adotados cuidados específicos para preservar o bem-estar dos docentes, especialmente em relatos relacionados a adoecimento, desgaste emocional e conflitos institucionais.

Neste estudo, os conceitos de *burnout*, distresse, precarização do trabalho e sofrimento psíquico fundamentam a análise das experiências docentes. O *burnout* caracteriza-se por exaustão física e mental decorrente da dedicação excessiva a metas, manifestando-se na tríade de exaustão emocional, despersonalização e reduzida realização profissional (Maslach; Jackson, 1981).

O distresse refere-se ao estresse patológico que surge quando as demandas ambientais superam a capacidade de adaptação do indivíduo, produzindo tensão psicológica e sobrecarga biológica (Selye, 1974). A precarização do trabalho envolve a desestruturação das garantias laborais, contratos instáveis e transferência de riscos ao trabalhador, configurando determinante central do sofrimento psíquico (Standing, 2013). Por fim, o sofrimento psíquico é entendido como a tensão entre a subjetividade do indivíduo e as

pressões sociais e organizacionais, intensificada pela exigência contínua de desempenho e pela perda de reconhecimento no trabalho (Dejours, 1992).

Com base nesses aspectos, os resultados/experiências foram organizados em três seções: 1) Entre múltiplas jornadas e recursos escassos: condições concretas da precarização, na qual se descrevem os desafios estruturais enfrentados pelos docentes, como contratos frágeis, acúmulo de atividades e falta de apoio institucional; 2) Silenciamentos e resistências: o sofrimento psíquico como efeito da precarização, em que se analisam os mecanismos de silêncio e as estratégias de enfrentamento que emergem diante do desgaste emocional e psíquico; e 3) Quando o aluno comanda: deslegitimação docente e os efeitos da mercantilização do ensino, que discute a inversão de papéis na sala de aula e as consequências da lógica de mercado sobre a autoridade e o reconhecimento profissional.

Entre múltiplas jornadas e recursos escassos: condições concretas da precarização

A prática docente observada extrapola a dimensão instrucional, configurando-se como um trabalho multifuncional e intensificado, envolvendo um conjunto de complexidade de atribuições, dentre as quais destacam-se: o planejamento e a estruturação de cada encontro; seleção e experimentação de estratégias didáticas; aprofundamento teórico no conteúdo a ser ministrado; elaboração de instrumentos avaliativos e metodologias inovadoras; correção de provas; devolutivas construtivas; bem como outras atividades administrativas. Esse alargamento das atribuições não representa apenas uma ampliação de tarefas, mas expressa, conforme Ricardo Antunes (2001), a lógica contemporânea de intensificação do trabalho, na qual a acumulação de funções opera como mecanismo de precarização.

Logo, abre-se a discussão sobre como as transformações promovidas pelo modelo neoliberal potencializam essa sobrecarga e fragilizam a atividade docente: ao impor prazos reduzidos, além do vínculo instável com a IES privada, que, por vezes, o ordenamento produtivo de acumulação flexível não apenas acentua o desemprego, mas também propaga formas de trabalho desqualificadas e precárias que se refletem, diretamente, no processo educativo, exigindo reflexões sobre a sustentabilidade das condições laborais no ensino superior (Cruz et al., 2024).

Percebe-se que a demanda docente se intensifica ao abarcar o tripé da formação em saúde – ensino, pesquisa e extensão – atividades formalmente exigidas pela Constituição

Federal (1988, art. 207) e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), consideradas alicerces indissociáveis para uma formação sólida capaz de atender às necessidades concretas de saúde da população. Contudo, tais atribuições são impostas pelas instituições sem previsão de carga horária adicional ou compensação financeira, configurando trabalho voluntário dissimulado e aprofundando a precarização do labor docente, principalmente nas instituições particulares (Ferreira *et al.*, 2019; Brasil, 2019).

Nesse sentido, a sobrecarga, aliada à invisibilidade das atividades nos bastidores do processo educativo, gera um paradoxo: os estudantes, desconhecendo o volume real de atribuições do professor, interpretam sua ausência em determinados projetos como falta de interesse, quando, na verdade, ela reflete a carência de reconhecimento institucional e a ausência de critérios objetivos de valorização profissional.

Esses mecanismos produzem um duplo efeito: comprometem a qualidade formativa e funcionam como vetores de desgaste psíquico, ao invisibilizar o trabalho docente e reforçar sua desvalorização institucional. A lógica produtivista, centrada apenas em metas quantitativas de matrícula, intensifica o estresse docente e aprofunda a precarização do trabalho acadêmico.

Além disso, a superlotação das salas de aula, vivenciada pelos professores em turmas de 80 a 100 estudantes, em uma sala de dimensão física pequena, impossibilita o atendimento individualizado e a adaptação do ritmo pedagógico às necessidades específicas, principalmente daqueles alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e dislexia, agravando as barreiras do processo de ensino-aprendizagem desses futuros profissionais de saúde.

A esse respeito, faz-se pertinente ponderar que a repetição exaustiva de conteúdos em múltiplas disciplinas eleva, significativamente, o tempo dedicado à preparação de aulas e à correção de atividades, enquanto a heterogeneidade de perfis e a imaturidade dos ingressantes de primeiro período demandam orientação adicional e acompanhamento contínuo. Esse cenário complexo exacerba a sobrecarga cognitiva e emocional do professor, favorece o surgimento de distresse, por sua vez favorecedora de síndromes, como a de *burnout*, e compromete tanto a qualidade do ensino quanto o engajamento dos alunos (Jomud *et al.*, 2021).

Silenciamentos e resistências: o sofrimento psíquico como efeito da precarização

A ambiência relacionada ao sofrimento mental é compreendida pelas influências do espaço físico bem como do espaço social e subjetivo, marcado pelas relações interpessoais e pelas bidirecionalidades existentes entre aluno, professor e ambiente (Brasil, 2008). Essa concepção amplia a compreensão e a exigência de ambiência institucional como determinante de melhor qualificação da experiência docente, especialmente no que se refere à saúde mental.

Nesse contexto ampliado, ao longo da trajetória profissional dos docentes, observa-se a ausência de incentivo institucional a ações voltadas à promoção da saúde mental bem como a presença de contradições nas práticas institucionais. Embora o tema seja, eventualmente, pautado em reuniões pedagógicas, o cotidiano revela posturas incoerentes, marcadas por exigências excessivas, desvalorização profissional e ausência de reconhecimento, fatores que não apenas invalidam os discursos institucionais, mas também contribuem, diretamente, para o agravamento do sofrimento psíquico entre os professores.

As contradições mencionadas são evidenciadas através da imposição de metas inalcançáveis, sobrecarga de tarefas administrativas e pedagógicas, vigilância constante sobre o desempenho docente e ausência de espaços de escuta bem como de acolhimento. Essas exigências excessivas e a sistemática desvalorização profissional deslegitimam os discursos institucionais que, supostamente, promovem o cuidado com a saúde mental, reforçando um cenário de incoerência institucional que, longe de proteger, intensifica o sofrimento psíquico dos professores.

Diante desse cenário, emergiu, durante o processo reflexivo com os próprios docentes, um questionamento crucial: como é possível promover, de forma efetiva, o cuidado com a saúde mental dos professores, se as próprias estruturas institucionais, em suas práticas cotidianas, reproduzem lógicas que contribuem diretamente para o adoecimento?

Em articulação com essa reflexão e com os achados da literatura, observa-se que diversos fatores, tanto internos quanto externos ao ambiente acadêmico, contribuem para o adoecimento físico e psíquico dos docentes do ensino superior. Destacam-se, entre esses fatores, as condições ergonômicas inadequadas, como ambientes com altas temperaturas e exposição a ruídos constantes; as dificuldades financeiras, decorrentes de baixos salários e jornadas de trabalho extensas; e as tensões relacionais, que incluem conflitos com discentes

e colegas, baixo suporte institucional por parte da gestão e episódios frequentes de violência moral no contexto universitário (Santos; Silva, 2022; Imbernón, 2011; Souza, 2017).

Esses fatores podem ser compreendidos à luz da Psicodinâmica do Trabalho, concebida por Dejours, que evidencia como pressões organizacionais e contradições na organização do trabalho geram sofrimento subjetivo e desgaste mental nos trabalhadores (Dejours, 1994; Dejours; Abdoucheli, 1994). Ou seja, as condições de trabalho não apenas impõem demandas físicas e cognitivas, mas também criam tensões psíquicas que afetam o bem-estar e a saúde mental dos docentes.

Complementando essa perspectiva, a literatura sobre *burnout* mostra que esse fenômeno caracteriza-se por exaustão emocional, despersonalização e reduzido senso de eficácia profissional, resultantes da exposição prolongada a estressores laborais (Maslach; Jackson, 1981). O sofrimento docente também tem sido problematizado por Codo e Jacques (2002), que enfatiza a relação entre exigências laborais, tensões psíquicas e precarização como geradores de adoecimento no exercício da profissão.

No contexto do ensino superior privado, a mercantilização da educação, entendida como a lógica de mercado que orienta a expansão e gestão das IES privadas e intensifica a precarização do trabalho docente, tem sido apontada como um fator que fragiliza as condições de trabalho e impacta negativamente a saúde e a qualidade da atividade acadêmica (Leher, 2022).

Esses elementos se entrelaçam a uma lógica institucional centrada na produtividade, na qual o desempenho docente é constantemente mensurado por critérios quantitativos, como número de publicações, resultados em avaliações institucionais e índices de satisfação discente, muitas vezes tratados sob a ótica do aluno enquanto “cliente” (Frigotto, 2018).

A ausência de políticas institucionais consistentes voltadas ao cuidado e ao suporte psicossocial acentua ainda mais esse cenário, favorecendo o isolamento e o sofrimento subjetivo dos docentes, sobretudo na área da saúde, que, paradoxalmente, se dedicam à formação de profissionais do cuidado, enquanto têm sua própria saúde mental negligenciada.

Como desdobramento, evidencia-se um processo progressivo de desgaste psíquico, caracterizado por exaustão emocional, redução da eficácia profissional e distanciamento afetivo, dimensões clássicas do *burnout* descritas por Christina Maslach, compondo um

Quando ensinar adoece: faces e narrativas da precarização do trabalho docente na área da saúde

cenário alarmante que compromete tanto a saúde do docente quanto a qualidade da formação ofertada.

Nesse sentido, a realidade é aprofundada e sistematizada no fluxograma apresentado na figura 1, que ilustra a dinâmica pela qual a precarização do trabalho docente na área da saúde, marcada pela sobrecarga de tarefas, acúmulo de múltiplas funções, escassez de recursos, baixa remuneração e desvalorização profissional -- atua como fator desencadeante de adoecimento.

Figura 1: Dinâmica da precarização do trabalho docente e seus reflexos na saúde mental e na qualidade do ensino-aprendizagem



Fonte: elaborado pelos autores, 2025.

No cotidiano acadêmico vivenciado pelos autores, a negligência institucional em relação ao cuidado com a saúde mental docente mostrou-se recorrente, impactando, diretamente, o exercício da docência. A ausência de suporte, muitas vezes disfarçada por discursos institucionais sobre “acolhimento” e “valorização”, manifestava-se, concretamente, em jornadas extenuantes, metas inatingíveis e cobranças incessantes por produtividade. Como resultado, tornaram-se frequentes manifestações de distresse crônico,

ansiedade, desânimo, irritabilidade, distúrbios do sono e um sentimento persistente de frustração e impotência frente às demandas institucionais.

Os efeitos da precarização ultrapassavam a esfera individual e repercutiam, negativamente, na qualidade do ensino. A exaustão emocional comprometia a concentração, a criatividade didática e a capacidade de estabelecer vínculos empáticos com os discentes, afetando, diretamente, o engajamento em sala de aula. Com o tempo, a prática docente deixava de ser vivenciada como espaço de troca e formação mútua, transformando-se em um ambiente hostil, adoecedor e desmotivador.

A realidade descrita tensiona diretamente a concepção de docência como prática emancipadora formulada por Paulo Freire, na medida em que a lógica produtivista esvazia o caráter dialógico do ensino e subordina a relação pedagógica a critérios mercadológicos (Freire, 1996).

A prática docente, nesse sentido, deve promover a construção crítica do saber por meio do diálogo, da escuta e da relação horizontal entre os sujeitos. No entanto, quando a docência é submetida à lógica da produtividade, à mercantilização do ensino e à desumanização das relações institucionais, ela perde seu caráter libertador, tornando-se opressiva e emocionalmente desgastante para quem a exerce (Freire, 1996).

É dentro desse horizonte que Freire afirma: “Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender” (Freire, 1987, p. 47). Essa concepção rompe com o modelo bancário de educação e propõe uma pedagogia baseada na reciprocidade, no reconhecimento mútuo e na humanização do processo ensino-aprendizagem. Quando esse ideal é confrontado por práticas institucionais que desvalorizam o professor, precarizam seu trabalho e desconsideram sua saúde mental, rompe-se, também, a possibilidade de um ato educativo pleno e significativo, substituído por uma rotina exaustiva e emocionalmente insustentável.

A ambiência adoecedora não atinge apenas os professores, mas também reverbera em todo o processo educativo. Entre os docentes, observam-se absenteísmo, conflitos recorrentes, insegurança profissional e perda da clareza didática. Nos discentes, tais condições manifestam-se em dificuldades de aprendizado, desinteresse, baixa participação, sentimentos de isolamento e aumento de faltas e de evasão.

Diante da complexidade e dos desafios emocionais que marcam o trabalho docente na área da saúde, a abordagem dos ambientes restauradores, isto é, incluir a otimização do desenho espacial das salas de aula e dos demais espaços institucionais, com layouts funcionais, iluminação adequada e controle acústico, além da incorporação de elementos naturais, como plantas e áreas verdes, capazes de reduzir o estresse/distresse na rotina acadêmica, constitui estratégia essencial ao orientar propostas de melhoria do ambiente laboral e de promoção do bem-estar de professores e discentes (Fernandes et al., 2025; Gifford, 2014; Steg; Van; Groot, 2013).

A promoção da saúde mental docente pode, ainda, ser reforçada por espaços de relaxamento e programas de bem-estar institucionais; adicionalmente, maior flexibilidade de horários e autonomia pedagógica tendem a elevar a satisfação e o engajamento no trabalho

Diante desse cenário, torna-se urgente repensar as práticas institucionais, promovendo políticas efetivas de cuidado que reconheçam o professor como sujeito central da formação. A preservação da integridade psíquica do docente não é apenas um direito individual, mas também um requisito fundamental para a construção de uma educação em saúde verdadeiramente ética, crítica e humanizadora.

Quando o aluno comanda: deslegitimação docente e os efeitos da mercantilização do ensino

Nos últimos anos, com o crescente aumento de faculdades/centros universitários/universidades particulares, somando-se à presença de um público cada vez mais jovem de alunos, vem ocorrendo uma mudança de percepção em relação aos professores. Antes os educadores eram vistos como mestres, detentores de sabedoria, sendo amplamente respeitados perante a sociedade. Essa percepção vem mudando, principalmente pela “nova geração”, a qual vislumbra o professor apenas como um prestador de serviço, um profissional contratado e que está ali apenas para cumprir seu trabalho (Melo; Reis, 2018).

Nesse contexto, a figura do professor sofre um deslocamento simbólico: de mediador do conhecimento e agente formador para prestador de serviço submetido à lógica da satisfação do “cliente”. Essa transformação altera profundamente as expectativas que recaem sobre a prática docente, deslocando o foco do processo formativo para indicadores operacionais, como retenção de alunos, cumprimento de prazos e atendimento a demandas institucionais. Tal dinâmica evidencia o avanço de um modelo educacional orientado por

princípios de mercado, no qual a permanência discente se sobrepõe à qualidade formativa (Oliveira *et al.*, 2021).

No exercício docente, foi observada uma crescente inversão de valores que tem afetado, diretamente, a prática pedagógica. Em diversas situações, o trabalho em sala de aula deixa de ser o foco principal das cobranças recebidas. Ao contrário, os professores são, frequentemente, pressionados para atuar na manutenção dos alunos na instituição, para participar de atividades extraclasse com os alunos para divulgação da instituição, sem qualquer remuneração por isso, ou, ainda, para cumprir prazos, registrar de notas, por exemplo, como se esses aspectos fossem a razão de ser do trabalho docente.

Ademais, soma-se a isso o desconforto gerado pela lógica mercantilista, que permeia o ensino superior privado, na qual alguns estudantes passam a interpretar o pagamento da mensalidade como garantia automática de aprovação. Essa percepção não apenas fragiliza a autoridade docente, mas também compromete a qualidade do processo formativo, gerando tensões que repercutem, negativamente, sobre o bem-estar e a motivação dos docentes.

Durante o percurso dos autores deste relato, muitas vezes, eles se sentiram acossados pelos discentes, a partir do momento em que, de alguma forma, demonstraram autoridade em sala de aula, coagindo o profissional por notas, entrando em contato fora do horário comercial, além do trabalho realizado fora do horário contratado, como correção de provas e planejamento de aula.

Esses aspectos impactam a esfera psicológica do docente, que passa a se sentir obrigado a estar disponível, ininterruptamente, à instituição de ensino, como se sua atuação tivesse que ultrapassar os limites do horário contratual. Além disso, muitos professores são compelidos a participar de eventos acadêmicos e/ou ações de extensões que, na maioria das vezes, não são remunerados, acompanhados, ainda, de exigências institucionais, como a responsabilidade de incentivar os alunos à produção e publicação científica.

Durante sua vivência, observa-se que os educadores vêm sendo, frequentemente, confrontados com comportamentos abusivos e desrespeitosos por parte dos discentes, o que compromete, de forma significativa, o ambiente de ensino-aprendizagem. Em uma das experiências relatadas pelos docentes/autores, constatou-se que, durante as aulas presenciais, alguns estudantes faziam uso abusivo de smartphones, com finalidades não

educacionais/informativas, mas com cunho alheio ao conteúdo, como acessar redes sociais, assistir a filmes ou, até mesmo, utilizar aplicativos de relacionamento (Gruschka; Zuin, 2021).

Partindo desse panorama, como docente, buscou-se refletir, criticamente, sobre a própria prática pedagógica: “será que minha aula está desinteressante?”, “será que o conteúdo está monótono?”, “como posso fazer para que os alunos se envolvam mais com o que está sendo proposto?”. Esses questionamentos, embora inicialmente desconfortáveis, impulsionaram uma autoavaliação docente.

No entanto, ao observar atentamente o comportamento da turma, percebeu que apenas dois estudantes demonstravam esse tipo de desatenção, enquanto os demais permaneciam atentos e participativos. Essa constatação levou o professor a compreender que o desinteresse manifestado não estava, necessariamente, relacionado à qualidade da aula, mas sim a processos subjetivos vivenciados por aqueles alunos em específico, que, por razões particulares, encontravam-se distantes do processo de aprendizagem naquele momento.

Tal percepção despertou novas reflexões: estaria o estudante realmente engajado com o curso? Estaria atravessando alguma dificuldade pessoal ou emocional? Essas indagações ampliaram o olhar do docente, convidando-o a considerar dimensões mais profundas e individuais do aprender, que vão além do desempenho em sala de aula.

Pode-se identificar, também, a recorrência de conversas paralelas, permitindo o descumprimento das atividades propostas e o desinteresse explícito pelas discussões em sala. Tais atitudes exigem que o professor intervenha constantemente, elevando o tom de voz e gastando energia para manter a ordem, o que contribui para o desgaste físico e emocional. Nesse contexto, a sala de aula tornou-se um espaço hostil, na qual o exercício do magistério se torna precário, impactando, negativamente, tanto a qualidade do ensino quanto o bem-estar do profissional, sobretudo na atualidade brasileira, de acirramento ideológico, quando grupos estudantis, com apoio dos pais, assumem o papel de censores morais dos conteúdos apresentados pelos professores.

Sob a perspectiva de Paulo Freire (1996), ao defender uma educação dialógica e libertadora já em seus manuscritos, o ato de educar exige um compromisso mútuo entre educador-educando, sendo indispensável o respeito como ferramenta da prática pedagógica. Para ele, “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua

produção ou a sua construção” (Freire, 1996, p. 47). Quando esse respeito é rompido por atitudes que esvaziam o espaço de escuta, troca e participação crítica, nega-se a própria essência do processo educativo.

Embora Freire (1996) defenda a educação como um ato dialógico pautado no respeito mútuo, na prática esse princípio tem sido frequentemente violado. A lógica transforma o aluno em cliente e fragiliza a autoridade docente, rompendo com o espaço de escuta, troca e construção coletiva do saber. Assim, atitudes desrespeitosas tanto comprometem a relação pedagógica como negam a própria essência da educação como prática emancipadora.

Além disso, a crise na relação pedagógica é agravada por condições institucionais precárias, que afetam a estabilidade e o reconhecimento do trabalho docente. Destaca-se, nesse contexto, a fragilidade da permanência dos profissionais nas instituições privadas, marcada por alta rotatividade acadêmica. Tal instabilidade é motivada pela falta de políticas que favoreçam a valorização e a formação continuada dos professores. Em vez disso, muitos são pressionados a assumir tarefas que extrapolam suas atribuições contratuais, o que intensifica o desgaste físico, emocional e profissional, contribuindo para a precarização da docência (Vasconcellos, 2021).

Desse modo, essa vulnerabilidade fragiliza o vínculo entre empregado e empregador, reduzindo o professor à condição de profissional descartável, o que repercute, negativamente, na qualidade do ensino e na construção de vínculos pedagógicos, comprometendo a relação entre docente e discente, uma vez que este, ciente da lógica mercantil que rege muitas instituições privadas, reconhece e instrumentaliza o poder que detém dentro desse sistema.

Tal postura evidencia o que Foucault (2014) descreve como a multiplicidade das relações de poder, que não se concentram em uma única direção, mas se exercem a partir de todos os pontos. Nesse contexto, o aluno, ao reivindicar seus “direitos” de forma absolutizada, muitas vezes ignora os limites pedagógicos e institucionais, deslocando o foco da formação para uma lógica de consumo, dentro da lógica maior de mercado: de alguém que vende um produto/um serviço e de alguém que adquire/compra o produto/serviço. Isso, por sua vez, contribui para a precarização da docência e para a desconfiguração do processo educativo.

Quando ensinar adoece: faces e narrativas da precarização do trabalho docente na área da saúde

Como desdobramento desse cenário, a impotência sentida pelo docente e sua crescente desvalorização repercutem na qualidade do ensino, comprometendo o presente da educação e o futuro da profissão. Muitos dos novos profissionais que ingressam no mercado demonstram fragilidade técnica e comportamental, revelando despreparo para atuar com responsabilidade social, ética e sensibilidade humana. Observa-se, ainda, uma postura apática por parte de diversos discentes frente às reais necessidades da população a ser assistida por eles, priorizando, em grande medida, interesses financeiros em detrimento do compromisso social que a formação superior deveria promover (Sampaio; Marin, 2004).

Considerações finais

As experiências sistematizadas ao longo deste relato evidenciam que a precarização do trabalho docente nas IES privadas, especialmente na área da saúde, tem gerado impactos intensos na saúde mental dos professores e, por consequência, na qualidade do processo formativo. A sobrecarga de tarefas, a desvalorização institucional, os vínculos instáveis e o aumento das exigências acadêmicas revelam um cotidiano marcado por tensão emocional, exaustão física e sentimento de impotência. Longe de se restringirem ao âmbito individual, esses efeitos assumem uma dimensão coletiva, interferindo, diretamente, na ambiência acadêmica e nos vínculos pedagógicos estabelecidos com os discentes.

Nesse cenário, a prática docente na área da saúde passa a ser permeada por inseguranças e por exigências incompatíveis com as condições concretas de trabalho, revelando um espaço de adoecimento invisibilizado e, até mesmo, naturalizado. Assim sendo, a ausência de políticas efetivas de valorização e cuidado em saúde mental, somada à instabilidade contratual e à pressão por resultados, transforma a docência em um exercício solitário, no qual o esgotamento mental se instala de forma silenciosa e persistente. O professor, embora responsável por formar sujeitos para o cuidado, encontra-se privado do próprio direito de cuidar de si mesmo, visto que não conta com o apoio e o acolhimento institucional.

Diante disso, torna-se imprescindível repensar as estruturas institucionais que sustentam o ensino superior privado. É necessário promover políticas institucionais voltadas à valorização e ao cuidado com os docentes, reconhecendo sua centralidade no processo educativo e oferecendo condições dignas de trabalho que favoreçam o equilíbrio entre a saúde mental e o exercício profissional. O fortalecimento de redes de apoio, a ampliação do

diálogo sobre sofrimento psíquico no meio acadêmico e o compromisso com a humanização das relações no ambiente universitário são caminhos possíveis para resistir às lógicas da precarização e reafirmar o papel do professor como agente ético, formador e transformador da sociedade.

Referências

ANTUNES, Ricardo. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: GENTILI, Pedro; FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 37-50.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Art. 207. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES nº 4, de 12 de novembro de 2019. Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 nov. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/resolucoes/resolucoes-cne-ces-2019>. Acesso em: 20 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Diretriz de ambiência: HumanizaSUS**. Brasília: Ministério da Saúde, 2008. 36 p. (Série B. Textos Básicos de Saúde). Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretriz_ambiencia.pdf. Acesso em: 26 jun. 2025.

CODO, Wanderley; JACQUES, Maria das Graças Corrêa (org.). **Saúde mental e trabalho: leituras**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

CRUZ, Andreia Gomes da et al. Facetas da precarização do trabalho docente no ensino superior: ofensivas ultraneoliberais e ultraconservadoras no Brasil. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 28, n. especial, p. 430-444, out. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.18764/2178-2865v28nEp.2024.25>. Acesso em: 26 jun. 2025.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. São Paulo: Cortez, 1992.

DEJOURS, Christophe; ABDOUCHELI, Eliane; JAYET, Christian (org.). **Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho**. São Paulo: Atlas, 1994.

FERNANDES, Helder Matheus Alves et al. Restorative environments and humanized practice in oncology services. **Revista Brasileira de Medicina do Trabalho**, São Paulo, v. 23, n. 4,

e20251482, 2025. Disponível em: <http://doi.org/10.47626/1679-4435-2025-1482>. Acesso em: 2 out. 2026.

FERREIRA, Marcelo José Monteiro et al. Novas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Medicina: oportunidades para ressignificar a formação. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 23, supl. 1, e170920, p. 1-15, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/Interface.170920>. Acesso em: 20 jun. 2025.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**: a vontade de saber. 15. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 37. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2018. 264 p.

GEMELLI, Catia Eli; CLOSS, Lisiane Quadrado. Trabalho docente no ensino superior: análise da produção científica publicada no Brasil (2010-2019). **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 43, e246522, p. 1-20, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES.246522>. Acesso em: 20 jun. 2025.

GIFFORD, Robert. **Environmental psychology**: principles and practice. 5. ed. Colville, WA: Optimal Books, 2014.

GRUSCHKA, Andreas; ZUIN, Antônio Álvaro Soares. A invasão do smartphone na sala de aula: sobre a autoridade do professor, violência, o privado e o público no ensino. **Devir Educação**, Lavras, v. 4, n. 1, p. 199-221, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.30905/ded.v4i1.174>. Acesso em: 20 jun. 2025.

HOFFMANN, Celina et al. Prazer e sofrimento no trabalho docente: Brasil e Portugal. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 45, e187263, p. 1-20, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1678-4634201945187263>. Acesso em: 20 jun. 2025.

HOLLIDAY, Oscar Jara. **Para sistematizar experiências**. 2. ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006. Disponível em: <https://www.ufpb.br/redepopsaude/contents/biblioteca-1/para-sistematizar-experiencias/para-sistematizar-experiencias-livro-oscar-jara.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2025.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional**: formar-se para a mudança e a incerteza. São Paulo: Cortez, 2011.

JOMUAD, Perlito D. et al. Teachers' workload in relation to burnout and work performance. **International Journal of Educational Policy Research and Review**, Ozamiz City, v. 8, n. 2, p.

48-53, abr. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.15739/IJEPRR.21.007>. Acesso em: 20 jun. 2025.

LEHER, Roberto. Mercantilização da educação, precarização do trabalho docente e o sentido histórico da pandemia COVID-19. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 26, n. especial, p. 78-102, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.18764/2178-2865.v26nEp78-102>. Acesso em: 1 abr. 2026.

LOURENÇO, Vanessa Ramos; VALENTE, Geilsa Soraia Cavalcanti; CORTEZ, Elaine Antunes. Pedagogia da autonomia e a prática docente no ensino superior como estratégia de promoção da saúde de universitários: relato de experiência. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 20, e19159, p. 1-8, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.21723/riaee.v20i00.1915901>. Acesso em: 20 jun. 2025.

MASLACH, Christina; JACKSON, Susan E. The measurement of experienced burnout. **Journal of Organizational Behavior**, Hoboken, v. 2, n. 2, p. 99-113, 1981.

MELO, Fabiola Freire Saraiva de; REIS, Bruno Miguel Carriço dos. Ensino e aprendizado na universidade: a percepção de estudantes em uma perspectiva fenomenológica. **Ponto & Vírgula**, São Paulo, n. 23, p. 60-97, 1º sem. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.23925/1982-4807.2018i23p60-97>. Acesso em: 20 jun. 2025.

MEYER, Lucas Filadelfo et al. Engagement e burnout na docência no ensino superior na área da saúde: revisão integrativa. **Revista Internacional de Educação e Saúde**, Salvador, v. 5, n. 1, p. 142-150, 9 jun. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.17267/2594-7907ijhe.v5i1.3395>. Acesso em: 20 jun. 2025.

OLIVEIRA, Camila da Silva et al. Extensão universitária como prática educativa na promoção da saúde: contribuições para a formação profissional. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 45, n. 2, p. 123-140, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-623698702>. Acesso em: 20 jun. 2025.

PAKDEE, Sirinthip et al. Burnout and well-being among higher education teachers: influencing factors of burnout. **BMC Public Health**, London, v. 25, art. 1409, 15 abr. 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s12889-025-22602-w>. Acesso em: 20 jun. 2025.

PASSOS, Ádilo Lages Vieira; AQUINO, Cássio Adriano Braz de. Revisão sistemática da literatura acerca da precarização do trabalho do professor universitário. **Revista Portuguesa de Investigação Comportamental e Social**, Coimbra, v. 10, n. 1, p. 1-13, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.31211/rpics.2024.10.1.323>. Acesso em: 20 jun. 2025.

RIBEIRO, Marinalva Lopes; CUNHA, Maria Isabel da. Trajetórias da docência universitária em um programa de pós-graduação em saúde coletiva. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 14, n. 32, p. 55-68, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-32832010000100005>. Acesso em: 20 jun. 2025.

SAMPAIO, Maria das Mercês Ferreira; MARIN, Alda Junqueira. Precarização do trabalho docente e seus efeitos sobre as práticas curriculares. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1203-1225, set./dez. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/t7pjz85czHRW3GcKpB9dmNb/?format=pdf>. Acesso em: 20 jun. 2025.

SANTOS, Karine David Andrade; SILVA, Joilson Pereira da. Sentido de vida e saúde mental em professores: uma revisão integrativa. **Revista da Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais do Estado de São Paulo**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 131-145, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.32467/issn.2175-3628v23n1a11>. Acesso em: 26 jun. 2025.

SELYE, Hans. **Stress without distress**. Philadelphia: J. B. Lippincott, 1974.

SOLOMON, Shihaam; DU PLESSIS, Marieta. Experiences of precarious work within higher education institutions: a qualitative evidence synthesis. **Frontiers in Education**, Lausanne, v. 8, art. 960649, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.3389/feduc.2023.960649>. Acesso em: 20 jun. 2025.

SOUZA, Gilberto Pereira de. **Inimigos públicos**. São Paulo: Usina Editorial, 2017.

STANDING, Guy. **O precariado: a nova classe perigosa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

STEG, Linda; BERG, Agnes E. van den; GROOT, Judith I. M. de. **Environmental psychology: an introduction**. Chichester: Wiley-Blackwell, 2013.

VASCONCELLOS, Felipe G. da S. Universidade-fábrica: precarização e proletarianização do trabalho docente nas Instituições de Ensino Superior do Brasil. **Revista Eletrônica Direito e Sociedade**, Canoas, v. 9, n. 3, p. 91-118, out. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.18316/redes.v9i3.5436>. Acesso em: 26 jun. 2025.

Sobre os Autores

Helder Matheus Alves Fernandes

Doutorando e Mestre em Saúde Coletiva (PPSAC/UECE). Graduado em Nutrição (FACENE/RN, 2022). Especialista em Comportamento Alimentar e Transtornos Alimentares (INADES, 2024); em Nutrição Esportiva e Obesidade (USP, 2025); em Oncologia (RIS, ICC/HHJ, 2024); e em Fitoterapia e Plantas Medicinais (2023) e Nutrição Clínica e Funcional (2022), ambas pelo INADES. Aperfeiçoamento em Cuidados Paliativos (Acad. Nac. Cuidados Paliativos). Interesses: Oncologia, Cuidados Paliativos, Ambiência em Saúde, Psicologia Ambiental, Saúde Mental, Comportamento Alimentar e Educação em Saúde.

E-mail: helder.fernandes@aluno.uece.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2068-9071>

Gabrielle Cavalcante Barbosa Lopes

Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ambiente, Tecnologia e Sociedade (PPGATS) da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). Graduado em Nutrição (FACENE/RN, 2022).

E-mail: gabriellecgb@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2625-4829>

Elane da Silva Barbosa

Doutora em Educação (PPGE/UECE, 2019). Mestra em Educação (POSEDUC/UERN, 2013). Graduada em Enfermagem (FAEN/UERN, 2011). Especialista em Enfermagem do Trabalho (FIJ, 2012). Experiência em docência, gestão acadêmica e gestão em saúde pública. Interesses: formação do profissional de saúde, Saúde Coletiva, Epidemiologia, práticas educativas em saúde, subjetividade e cuidado, história da Enfermagem e gestão pública em saúde. Membro do GPEHSC/UECE e GESC/UERN. Professora de Enfermagem na Universidade Potiguar (UnP), campus Mossoró.

E-mail: elanesilvabarbosa@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2668-8064>

José Jackson Coelho Sampaio

Doutor em Medicina Preventiva pela FMRP/USP (1992). Mestre em Medicina Social pela UERJ (1988). Graduado em Medicina pela UFC (1975). Professor Titular em Saúde Pública, docente do PPGSC, líder do Grupo Vida e Trabalho e do Laboratório de Humanização da Atenção em Saúde. Título Honorífico de Professor Emérito (2026). Foi Coordenador do Mestrado em Saúde Pública (1993-96), Diretor do Centro de Ciências da Saúde (2004-09), Pró-reitor de Pós-graduação e Pesquisa (1996-2004, 2009-12) e Reitor da UECE (2012-20). Experiência em saúde mental, saúde e trabalho, epidemiologia social crítica, política e planejamento em saúde.

E-mail: jose.sampaio@uece.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6292-8096>

Recebido em: 27/09/2025

Aceito para publicação em: 06/04/2026